

O papel do intelectual público: resenha de “A torção dos sentidos: pandemia e remediação digital”, de João Pedro Cachopo [texto publicado na Revista Pessoa]

Luciana Molina Queiroz¹

O livro de João Pedro Cachopo, **“A torção dos sentidos: pandemia e remediação digital”**, lançado pela Editora Elefante em setembro de 2021, parece antes se constituir como dois livros. Explico. A primeira parte do livro discute os diagnósticos filosóficos da pandemia. A segunda parte discute especificamente os usos da tecnologia durante a pandemia, mas não só. Como admite Cachopo, essas mudanças já estavam em marcha anteriormente. A pandemia intensifica essas mudanças e, por isso, permite que as observemos melhor. É justamente nessa segunda parte em que o livro se torna mais autoral e inventivo no tratamento das questões.

Um elemento que considero virtuoso, e que está implícito no uso da expressão “remediação”, é que o autor toma as técnicas digitais de uma maneira que podemos considerar dialética, sem festejá-las excessivamente ou condená-las. Trata-se de um remédio que pode ser usado e ter efeitos diferentes dependendo da dose ministrada. Com isso, torna-se possível realizar uma espécie de síntese, de equilíbrio, ao lidar com algumas posições filosóficas que exageram tanto para um lado muito pessimista quanto para um lado muito otimista da pandemia e da técnica. A escrita de Cachopo é, contudo, ensaística e, além disso, meditada, o que se configura como uma salvaguarda quanto às conclusões precipitadas.

A publicação do livro de Cachopo por si só levanta a questão do papel do intelectual público. De um lado, há o problema colocado pela pressa de fazer diagnósticos e prognósticos. Por outro, a pandemia parece convocar os filósofos e intelectuais públicos para contribuir com o debate. Nós vimos toda sorte de posições sobre a importância do intelectual público neste momento. Houve inclusive aqueles que defenderam que não caberia a eles discutir o assunto, que deveriam dar palco para os cientistas em primeiro lugar. Esse tipo de manifestação parece fomentar uma postura cientificista – postura, aliás, que parece ter norteado a própria consideração da pandemia como um todo,

¹ Graduada em Filosofia pela UFES, Mestra em Filosofia pela UFMG e doutora em Teoria e História Literária pela UNICAMP. Durante o doutorado, realizou estágios de pesquisa na University of Alberta e na Stanford University. Atualmente realiza pós-doutorado em Letras pela UFES. Tem se dedicado principalmente a pesquisas relacionadas à teoria e à filosofia contemporâneas, com especial atenção para as estéticas anticapitalistas.

refletindo-se no cabo de guerra entre cientificistas e negacionistas da pandemia. Justamente por isso a filosofia poderia trazer uma visão mais nuançada e sofisticada ao debate da ciência e da técnica.

No Brasil temos o hábito de diferenciar filósofo e historiador da filosofia. Tenho vários colegas da filosofia acadêmica que não gostam sequer de se autodenominarem filósofos, porque isso implicaria uma espécie de “presunção”. Contudo, em alguns casos, esse excesso de pudor no uso do nome “filósofo” parece reflexo da condição de subalternidade do intelectual brasileiro. Sempre achei curiosa essa mistificação em torno da noção. Reveste de fetichismo uma atividade e um trabalho que, em tese, deveriam ser como outros quaisquer (e não tão distintos de outros trabalhos intelectuais ou acadêmicos, como o do sociólogo, do crítico literário, do historiador etc.). O critério não é o de originalidade. Afinal, até “artistas” e “escritores” parecem ser vocábulos menos cercados de censores e censuras, independentemente do grau de originalidade do trabalho realizado. Em todo caso, quando o presente nos convoca a discuti-lo, não dá para fazê-lo apenas como historiador da filosofia e exegeta de autores particulares. É-se filósofo. Faz-se necessário utilizar a história da filosofia para pensar os problemas contemporâneos que realmente nos afligem. Nessas horas, mais que tudo, parece ser importante parafrasear o Nietzsche da Segunda Consideração Intempestiva e, mais especificamente, um trecho que se tornou uma das epígrafes das Teses sobre o conceito de história, de Walter Benjamin. Não é possível estudar a história (da filosofia) como se passeássemos ociosamente pelos seus jardins. É preciso conhecer a história da filosofia tendo em vista seus *usos* e *vantagens* para que ela possa nos auxiliar a passar pelas crises. Não raro é um tabu falar em utilidade prática em conjunção com pensamento teórico, mas, felizmente, Cachopo não cai nessa falso dilema. E, por isso, permite-se a ousadia e o mérito de mobilizar sua formação em filosofia e teoria para pensar o momento presente.

Ainda na primeira parte do livro, Cachopo afirma ter percebido na comunidade acadêmica brasileira intolerância aos comentários de Agamben que interpretavam a pandemia a partir da noção de Estado de exceção. E, de fato, conversando com colegas das mais diferentes áreas, mas principalmente das áreas de Letras e Filosofia, em que atuo de maneira mais consistente, percebi que houve uma grande impaciência com esse posicionamento. Naturalmente houve alguns que mostraram enorme fidelidade ao pensamento de Agamben, que é um autor de fato bastante popular na academia brasileira. Mas a reação geral foi de descontentamento. O comentário de Cachopo a respeito dessa situação nos permite inferir ao menos duas coisas. A primeira, que o diagnóstico de

Agamben não foi em geral considerado adequado para o caso brasileiro. A segunda é de que, em comparação com a reação da comunidade brasileira, houve públicos mais tolerantes ao posicionamento do filósofo italiano. Possivelmente na Europa, por exemplo. O motivo da nossa intolerância no Brasil se relaciona com a conjuntura política, com um presidente negacionista, com uma política pública desastrosa. A que se deve a tolerância de outros públicos? Uma hipótese possível se relacionaria com a diferença de proporções do desastre. Outra talvez tenha mais a ver com uma tradição europeia de pensar problemas relacionados ao autoritarismo e ao totalitarismo de maneira mais consistente do que fazemos no Brasil, apesar de nossos esforços crescentes. O Brasil teve Ditadura Militar, e tem um corpo de intelectuais e acadêmicos que se voltam a seu estudo crítico. Apesar disso, elaboramos mal o passado a ponto de não termos conseguido absorver plenamente uma perspectiva crítica à ditadura no âmbito público.

Um tema forte rondando as discussões sobre a pandemia foi sem dúvida o papel do Estado e como ele poderia intervir no desastre pandêmico de formas negativas e positivas. Em consonância com essa preocupação, Cachopo discute um comentário de Rancière, alertando para o fato de que a pandemia apresentou oportunidades para que os Estados autoritários fiscalizassem e decidissem quem poderia ocupar a rua. Esse comentário já é feito em outro ponto do livro, quando são discutidas as possibilidades de transformação política a partir da pandemia, e há a impressão muito forte de que, também nesse âmbito, nós não conseguimos pensar a militância, a práxis, fora do espaço presencial da rua. Ou seja, o diagnóstico seria de que, só depois da pandemia, com as manifestações presenciais, poderíamos voltar novamente a mostrar nossa potência de transformação política. Benjamin, um dos autores que servem de inspiração a Cachopo, ficou conhecido por considerar a politização da estética como um recurso legítimo e que passa pelos novos meios de reprodutibilidade técnica. Aqui parecemos ter chegado a uma encruzilhada: o que nós podemos fazer em termos de organização política a partir dos meios digitais? A práxis política seria um elemento irremediável pela técnica? Tenho insistido já há algum tempo que o Benjamin de *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* é mais dialético do que algumas leituras que fazem desse ensaio. Frequentemente, Benjamin é tomado como intelectual “integrado” às novas tecnologias. Na realidade, nesse mesmo ensaio também se encontra o alerta quanto à estetização da política realizada pelo fascismo (e reprisada pelas novas direitas simbolizadas por Trump e Bolsonaro). O que Cachopo, seguindo Rancière, parece entender, de maneira talvez sombria, é que, para a esquerda, não há possibilidade de práxis política que não seja a rua.

Um autor que eu considero muito interessante para discutir este momento e a aliança entre isolamento social e uso de tecnologias é Hans Ulrich Gumbrecht, que não é citado por Cachopo. Sua ausência não é, naturalmente, um demérito. Mas acredito que a união dos esforços teóricos de ambos nos leva a reflexões interessantes. Gumbrecht insiste na noção de “presença”, em conjunção com o corpo, algo que estaria comprometido com o uso dessas novas tecnologias. Isso também se relaciona a um aspecto do que Benjamin entende como a aura das obras de arte em um momento anterior à reprodutibilidade técnica, que estaria relacionado ao “aqui e agora”. Nossa percepção do “aqui” e do “agora” é modificada a partir da mediação digital. Parece-me que o isolamento social propiciou uma espécie de retorno, isto é, de nostalgia e saudades, desse aspecto da aura. Dentre as primeiras e mais tocantes imagens da pandemia, estavam espaços bastante turísticos na Itália que, normalmente, estariam apinhados, mas, que, durante o isolamento social, encontravam-se desertos. Essas fotos pareciam tão assombradas quanto a Paris de Atget. Depois, começaram a aparecer fotos de salas de cinema com poltronas mofadas. Os cinemas ficaram interditados e, da parte do público cinéfilo, houve uma ansiedade muito grande quanto à possibilidade de voltar aos rituais da exibição pública de um filme... Então, podemos concluir que a situação da arte na pandemia também pode ser uma via de mão dupla. Como lembra Cachopo em seu livro, novas práticas artísticas surgem da nova condição de interdição ao espaço físico. Contudo, há também nostalgia quanto ao espaço físico. É sumamente irônico que o cinema, o exemplo por excelência de arte reprodutível para Benjamin, seja hoje tão associado aos rituais relativos ao espaço físico da sala de exibição.

Uma das seções do livro de Cachopo é sobre “estudo”. Um assunto que é muito importante para nós que continuamos nossas atividades pedagógicas online diz respeito às mudanças que tivemos que realizar para dar aula sem a presença física. Ressaltamos as vantagens de poder assistir a palestras e aulas exibidas em outras partes do mundo. No caso do Brasil, as diferenças socioeconômicas são tão profundas, e estão aumentando ainda mais neste momento de crise, que nós tivemos não só que discutir adaptações da aula presencial para a modalidade remota, mas também o acesso aos próprios meios materiais, aos aparelhos celulares, aos laptops, a uma conexão de internet razoável. A universidade teve que prover muitas coisas para esses estudantes. E isso parece ser uma diferença notável entre como o estudo é afetado nas partes mais ricas do globo e na parte periférica. O esquecimento desse problema soa frequentemente como um ponto cego sobretudo na percepção desses intelectuais integrados, que festejam a tecnologia. Em

alguns casos, nem os professores universitários têm plena percepção das dificuldades que um aluno (das mais diferentes idades e classes sociais) têm para acessar um PDF na internet e de como o isolamento social afeta a atitude do aluno perante o estudo e sua saúde psíquica. Uma das razões para isso é óbvia: os meios digitais e os aparelhos não foram tão universalizados quanto por vezes fazem parecer essas teorias sobre meios digitais. Tampouco a capacidade e o hábito de manipular os aparelhos. Diferenças notáveis surgem entre gerações e condições materiais díspares. Para uma parte considerável da população brasileira, a pandemia vinculada ao acesso restrito aos meios técnicos representou antes um aumento desse fosso de desigualdade.

Poderia usar muitas páginas mais para comentar longamente as várias questões certas levantadas por Cachopo. Mas prefiro recomendar que a leitora e o leitor confirmem essas questões por si mesmos. Para concluir, podemos dizer que a publicação do livro no Brasil nos mostra que é perfeitamente possível produzir teoria em Portugal que nos toca e nos interessa de perto. No entanto, e essa é sem dúvida uma das principais contribuições de Roberto Schwarz para o pensamento brasileiro, temos de atentar para o que ocorre com o deslocamento de ideias produzidas em contexto europeu. Há argúcia e sensibilidade nessas modificações de perspectivas geopolíticas que Cachopo traz ao longo do livro. Sem dúvida, para uma teoria crítica futura, faz-se muito importante considerar aspectos da globalização em conjunção com os desafios que se constituem localmente. O universalismo irrefletido é, a essa altura, menos uma virtude que um ponto cego e uma limitação teórica. Com sorte, a publicação em terras brasileiras do livro do nosso colega português contribuirá para instigar ainda mais os intelectuais daqui a também pensar a contemporaneidade a partir da variação de escalas geopolíticas.